

EDITORIAL

AS DIFICULDADES E OS DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS NA PÓS GRADUAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO ENSINO PRESENCIAL

Marta Ferreira Abdala Mendes¹

Publicado em: fevereiro/2021

No momento em que escrevo esse editorial, duas notícias trazem emoções antagônicas: mais de 200 mil brasileiros perderam a vida na pandemia da Covid-19 em contrapartida ao anúncio do Instituto Butantan da eficácia da vacina desenvolvida em parceria com a empresa chinesa Sinovac. Num contexto político de negação da ciência, de ausências de políticas públicas, de medidas e estratégias contraditórias e de redução de 70% do orçamento, as instituições científicas e tecnológicas, juntamente com os institutos e universidades públicas, continuam atuantes e resistentes na luta pela produção e organização de frentes no enfrentamento da fragilização estrutural do sistema educacional no país, apoiadas na autonomia que possuem. A pandemia revelou e acentuou uma crise sanitária, concomitante, a uma conjuntura de forte crise econômica e social no país, agravando um cenário histórico alarmante e grave de desigualdades e a precariedades em áreas cruciais, reforçado pela desestabilização ilegítima das instituições públicas.

Estamos vivendo um momento de acomodação, de adaptação ou de renovação? Tem espaço, ainda, para termos e fazermos o mesmo? Diante de tantas dúvidas e incertezas, uma questão permeia esse debate na sociedade, atualmente: o que esse momento nos ensina para enfrentar a crise e os problemas existentes na educação pública? Nós, educadores, não abrimos mão do nosso papel/responsabilidade de agentes na mobilização contra as dificuldades e os desafios de um sistema educacional frágil resultante da redução/ausência de políticas públicas, estratégias e financiamentos, que foram mais evidenciados pela pandemia.

Com as instituições de ensino obrigadas a interromperem as aulas e atividades presenciais em função da pandemia da Covid-19, os diferentes segmentos tiveram que implementar, emergencialmente, as atividades pedagógicas não presenciais (virtuais/remotas). Os cursos de pós-graduação também procuraram trabalhar com a perspectiva de garantirem um mecanismo

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. E-mail: marta.mendes@ifrj.edu.br

de ensino remoto de qualidade ao aliar a tecnologia à experiência do trabalho docente. Nesse processo, houve a constatare reconfiguração do papel do professor e a construção coletiva de novas formas e novos espaços para o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, refletir sobre a implementação das atividades pedagógicas não presenciais, em substituição emergencial ao ensino presencial, nos cursos de pós-graduação requer uma visão fundamentada das tensões e dinâmicas na adoção de diferentes estratégias para minimizar os prejuízos e dificuldades desse processo pedagógico adotado excepcionalmente. A começar por conciliar a necessidade do vínculo entre professor e alunos para o desenvolvimento social, cognitivo, intelectual e emocional com as dificuldades psicossociais, com as formas variadas do ensino remoto e com as limitações materiais, de equipamentos e de conectividade para o estudo adequado. Se por um lado o ensino remoto tem o potencial de ultrapassar distâncias e difundir o conhecimento de forma correta e ampla, por outro evidencia a necessidade de uma estrutura, de apoio e suporte técnico à disposição para as atividades didáticas.

Nesse momento difícil e excepcional, identificamos no processo educativo remoto emergencial a necessidade de considerar medidas e estratégias institucionais sobre as condições de saúde física e mental tanto dos docentes como dos pós-graduandos, bem como, promover alternativas para minimizar as perdas significativas de aprendizagem, a exclusão digital e a evasão no sentido de diminuir as desigualdades educacionais. Muitos desses problemas, antigos e permanentes, foram ainda mais explicitados, mas uma face menos visível foi escancarada com a adoção do ensino remoto: **a precarização do trabalho docente**. Romper com esse quadro depende de políticas públicas múltiplas voltadas para a melhoria das condições para um ensino de qualidade (dentro e fora das instituições de ensino) com foco na formação de competências digitais e pedagógicas para o uso da internet, como ferramenta no processo ensino-aprendizagem, na capacitação de professores, no fácil acesso a plataformas de ensino, na distribuição de formas de conexão digital e de equipamentos grátis, principalmente, para as populações mais vulneráveis.

A partir da ação-reflexão-ação, seguimos ressignificando a adoção emergencial das atividades pedagógicas não presenciais em substituição ao ensino presencial a partir da produção de diálogos entre os saberes e da transformação e viabilização de espaços que possibilitem encontros virtuais, mas também a promoção de processos críticos e reflexivos que vão além do caráter conteudista. Esse processo exige uma revisão constante de concepções e práticas

pedagógicas, do conceito de escola e dos processos de ensino-aprendizagem em busca de uma formação cidadã.

A pandemia da Covid-19 provocou inúmeros impactos para toda a sociedade, acentuou aos nossos olhos a percepção da fragilidade da vida humana e expôs como é fundamental a articulação, mobilização e luta incessante da sociedade civil em defesa e garantia da universalização da educação pública, gratuita e de qualidade. Ainda que as condições para alcançá-la estejam distantes, mudar o mundo é tão difícil quanto possível (FREIRE, 2000).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Dr^a. Marta Ferreira Abdala Mendes

Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT-IFRJ)

Coordenadora do Programa de Pós-graduação *Lato sensu* em Educação e Divulgação Científica (campus Mesquita – IFRJ)